



Agroxenofobia: a bioxenofobia travestida de ciência

A xenofobia está invadindo outras áreas. Trata-se, como se sabe, de valores associados a movimentos políticos e socioeconômicos cíclicos, respaldados em evidências pseudo-científicas. O ápice desse movimento, em tempos recentes, aconteceu depois da Grande Depressão dos anos 1930 e culminou com os horrores do nazismo e do fascismo.

No pós-guerra, houve a fase de arrefecimento e o caminhar para um mundo mais internacionalizado, apesar das divisões ideológicas. Dificuldades econômicas mais localizadas no então mundo comunista, posteriormente observadas também em países desenvolvidos, fizeram ressurgir a fase de alta do ciclo, notadamente na Europa, com os novos nacionalismos acompanhados da velha xenofobia.

Se até o século passado esse comportamento de defesa cega do nativo em detrimento da negação/proibição do “forasteiro” (ou seja, do estrangeiro¹) se aplicava essencialmente à espécie humana, nas duas últimas décadas observam-se sua transposição e influência sobre o julgamento da convivência entre todas as espécies. Agora ele se manifesta nos movimentos ambientalistas e, de forma crescente, nas bandeiras que supervalorizam o caráter nativo da fauna e da flora e execram o exótico, sentimento este que, dessa forma acaba se alinhando à xenofobia “clássica”: preservação da espécie/população de ocupação mais antiga por meio da eliminação/expulsão do invasor, engrossando os movimentos antiglobalização.

Isso atinge em cheio a agricultura que, no mundo todo, é baseada em espécies exóticas, com raras exceções, como o arroz na Ásia. No Brasil, a agricultura é quase toda efetuada com espécies exóticas, com as honrosas exceções da mandioca e do caju (a goiaba, o mamão, o abacaxi, a banana e o coco da Bahia estão sob suspeita). Isso não impede de haver um movimento de estigmatização das espécies agrícolas, pecuárias e florestais por serem exóticas.

Esses movimentos, às vezes, acabam defendendo aquilo que pretensamente combatem: os agrotóxicos das multinacionais quando se insurgem contra os transgênicos; a proliferação nuclear quando são contra o aquecimento global (mudanças climáticas?); o uso do óleo de canola (OGM) quando optam pela alimentação “saudável”; a queima de combustível fóssil (pneus) em nome da sustentabilidade e por aí afora.

Tudo isso decorre da falta de compreensão do processo de dispersão das espécies pelo planeta. Ou melhor, da história dessa dispersão.

São muitos os agentes de dispersão das espécies pelo planeta (vento, pássaros e outros animais, rios, oceanos, etc.) e o homem é um deles. Locais especialmente isolados, como o Chile, a Nova Zelândia e a Austrália, tiram partido dessa condição.

Mas, uma vez introduzida, seja de que maneira for, é quase impossível eliminar uma espécie e a solução é a convivência e o manejo. Para os agricultores, conviver com espécies invasoras é uma rotina. Uma parte do trabalho é sempre dedicada ao manejo e controle das espécies que invadem as pastagens, os campos de cultivo e as florestas. É clássica a imagem do agricultor com sua enxada nas costas, principal ferramenta de trabalho para controle das plantas invasoras.

Assim, como as espécies presentes nas áreas naturais ocorrem nos campos cultivados e nas pastagens, também as espécies cultivadas ocorrem nas áreas naturais e precisam ser manejadas. Interessante observar que várias espécies migram entre os biomas, o que acaba dificultando muito a separação entre nativas e exóticas. Aliás, que importância teria ser estrangeiro em seu próprio país? O que faz uma determinada espécie ser considerada invasora ou não nada tem a ver com “nacionalidade”, mas com a ação humana. As fronteiras dos biomas não respeitam divisas políticas, sejam elas internacionais, estaduais, municipais ou de propriedade. Assim, as políticas biológicas ou respeitam esse condicionante ou não têm condições de prosperar.

Na verdade não há propriamente plantas invasoras. As plantas se multiplicam onde encontram condições ambientais que lhes são favoráveis. Normalmente, se multiplicam mais rapidamente na fase de introdução inicial, quando ainda não há a presença das pragas e doenças que limitam sua multiplicação em seu lugar de origem e que só aparecem em um segundo momento².

O Brasil tem “teoricamente” seis biomas, além de um outro que acabou classificado como “associado” à mata atlântica, mas que também é “associado” ao cerrado, ao pantanal e aos pampas. Esse bioma entra pelas franjas da Serra do Mar em Minas Gerais e se esparrama por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Essa área proporciona um local de conformações e condições especiais, que lhe confere um *status* diferenciado em relação aos outros biomas brasileiros: a quantidade de terras agricultáveis pela sua fertilidade, relevo, disponibilidade hídrica, clima³.

Foi aí que se deu a mais bem-sucedida “bioinvasão” conhecida no Brasil: a agricultura do centro-sul do País, que é um patrimônio extraordinário a ser protegido e valorizado. É claro que nesse processo houve erros, que precisam e devem ser corrigidos. Suprimiu-se, por exemplo, vegetação de áreas impróprias para a agropecuária. Há ero-

sões e assoreamento da rede hídrica. Riachos e rios são poluídos com resíduos urbanos e industriais. Locais frágeis do ponto de vista ambiental foram ocupados e áreas de recarga de aquíferos foram contaminadas. Mas os erros estão sendo reparados e já há uma extraordinária agropecuária sustentável nesse “bioma”. Imagine-se, por outro lado, o que seria fazer agricultura por bioma, baseada apenas em nativas. Criar listas de espécies invasoras, estigmatizando espécies e estabelecendo barreiras comerciais para os produtos da agropecuária brasileira, pode ser classificado como pseudo-ciência a serviço da xenofobia, em detrimento da aplicação de esforços para assegurar a convivência harmônica entre as espécies, incluindo a humana.

¹MAESTRI, M. Rumos da fisiologia vegetal no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FISILOGIA VEGETAL. 7., 1999, Brasília. Anais... Campos dos Goytacazes: SBVF, 1999.

²BARATA, G. Sugerindo uma nova definição para espécies invasoras. SBPC. Ciência e Cultura, Campinas, v. 61, n. 1, p. 46-47, 2009.

³RAMALHO, C. Produzir: nossa terra *Revista Agroanalysis* [online]. São Paulo, fev. 2011.

Palavras-chave: xenofobia, política agrícola, plantas invasoras, regulamentação.

Eduardo Pires Castanho Filho,
Pesquisador do IEA
castanho@iea.sp.gov.br

Antonio Carlos de Macedo
Assessor da Sociedade Rural Brasileira
amacedo@srb.org.br

Liberado para publicação: 08/04/2011